

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
DIVALCI MOISES MARQUES**

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES**

**Relato de Experiência para uma verdadeira inclusão**

**CERES – GO**

**2022**

**DIVALCI MOISES MARQUES**

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES**

**Relato de Experiência para uma verdadeira inclusão**

Trabalho de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lícia dos Santos.

**CERES – GO**

**2022**

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

MM357i Marques, Divalci Moisés  
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS  
OUVINTES: Relato de Experiência para uma verdadeira  
inclusão / Divalci Moisés Marques; orientadora Maria  
Lícia dos Santos. -- Ceres, 2022.  
32 p.

TCC (Graduação em Licenciatura em Ciências  
Biológicas) -- Instituto Federal Goiano, Campus  
Ceres, 2022.

1. Ensino de Libras. 2. Surdos. 3. Ouvintes. 4.  
Inclusão. I. Santos, Maria Lícia dos , orient. II.  
Título.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES  
TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese  | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                                 | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização                 | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação                  | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ |   |

Nome Completo do Autor: DIVALCI MOISES MARQUES

Matrícula: 2018103220530194

Título do Trabalho: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES -  
Relato de Experiência para uma verdadeira inclusão.

**Restrições de Acesso ao Documento**

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 27/06/2022

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não  
O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

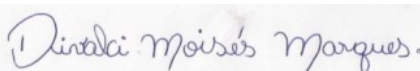
**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ceres GO

14/ 06/2022



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 07 dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se a defesa de Trabalho de Curso do(a) acadêmico(a), DIVALCI MOSÉS MARQUES do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, matrícula, 2018103220530194, cujo título é “A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES - Relato de Experiência para uma verdadeira inclusão”. A defesa iniciou-se às 16 horas e 00 minutos, finalizando-se às 16 horas e 30 minutos. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO com média 8,1 no trabalho escrito, média 8,7 no trabalho oral, apresentando assim média aritmética final 8,4 de pontos, estando o(a) estudante APTO para fins de conclusão do Trabalho de Curso.

Após atender às considerações da banca e respeitando o prazo disposto em calendário acadêmico, o(a) estudante deverá fazer a submissão da versão corrigida em formato digital (.pdf) no Repositório Institucional do IF Goiano – RIIF, acompanhado do Termo Ciência e Autorização Eletrônico (TCAE), devidamente assinado pelo autor e orientador.

Os integrantes da banca examinadora assinam a presente.

Profª Drª Maria Lícia dos Santos

Profª Me. Lucianne Oliveira Monteiro Andrade

Ms Míriam Lúcia Reis Macedo Pereira

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Ceres

Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, None, CERES / GO, CEP 76300-000

(62) 3307-7100

Dedico esse trabalho com amor aos meus pais, Olira de Paula Marques (*in memorian*) e Durvalino Moisés Marques, (*in memorian*) pelo legado moral a mim deixado, e os dias árduos de trabalho de uma lavadeira e um trabalhador braçal, para comprar livros e material escolar, num tempo que longe vai, para que hoje, após tantos desencontros da vida eu possa estar realizando o nosso sonho. A minha filha Lara Raquel que esteve sempre ao meu lado e tornou este momento possível.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me proporcionado este momento.

A minha família, a minha esposa Rosângela, companheira de jornada, por estar sempre ao meu lado me ajudando a superar as dificuldades.

A minha filha Laila Karoline que me inspirou este trabalho.

A instituição IF Goiano Campus Ceres e todos os seus colaboradores, pelo acolhimento e contribuição para que esse sonho fosse realizado.

Aos diretores e professores que se dispuseram a dividir comigo seus conhecimentos. Levarei comigo sempre partículas dos seus saberes.

A minha amiga, professora e orientadora Dr<sup>a</sup> Maria Licia que foi fundamental para a realização desse sonho.

A todos os meus colegas de curso pelo carinho e ajuda em minha caminhada, de forma especial a Ana Caroline, Giovana Maçoni, Rafael, João Pedro, Poliana, Letícia, Juliana, Mônica.

A minha companheira de seminários durante todo o curso Ubirlene Maria Ferreira.

Minha eterna gratidão a todos vocês.

*Mãos que falam, amor espalham, mãos que calam, que não se permitem falar. Deixa muitas pessoas aflitas, pois não conseguem se comunicar. Porque o amor ao próximo não quebra essa barreira? A língua brasileira de sinais é fascinante imagina só, mãos comunicantes, isso é mágico! Tão lindo quanto ver é saber. Os surdos sabem o valor que possuem, mas querem reconhecimento. Mais do que acessibilidade, querem possibilidades, oportunidades e praticidade [...] permitam-se conhecer essa belíssima comunidade, tão rica de diversidade, coloque a LIBRAS em seu coração [...] A mudança começa por nós, que sejamos a esperança para um Brasil melhor. (Leticia Butterfield)*



## **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo tratar da importância do ensino de Libras para crianças ouvintes nas escolas, na compreensão de que a educação bilíngue poderá ser um meio mais eficaz de interação entre surdos e ouvintes, possibilitando a comunicação social e contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva. A pesquisa está baseada em estudos de teóricos e pesquisadores que fundamentaram a narrativa de experiência do autor, que escreve sobre as dificuldades vividas pela sua família e pela filha com surdez congênita. Considerando que todos os cidadãos passam por uma instituição escolar, o ensino de Libras, sendo oferecido nas escolas, poderá contribuir de forma significativa para a existência de cidadãos bilíngues, atuantes em todos os campos da sociedade, possibilitando assim a inclusão que acolhe todas as pessoas sem exceção.

**Palavras-Chave:**Ensino de Libras; Inclusão;Ouvintes; Surdez.

## **ABSTRACT**

The present study aims to address the importance of teaching the Brazilian Sign Language (known as Libras) to hearing children in schools, in the comprehending that bilingual education can be a more effective means of interaction between deaf and hearing people, enabling social communication and hence contributing to the formation of a more inclusive society. The research is based on theoretical studies and researchers that supported the author's experience narrative, whom writes about the difficulties experienced by his family and his daughter wich has congenital deafness. Considering that all citizens go through a school institution, the teaching of Libras, being offered in schools, can contribute significantly to the existence of bilingual citizens who work in all fields of society, therefore enabling inclusion that welcomes all people, with no exception.

**Keywords:** Deafness; Inclusion; Listeners; Teaching Libras.

## **Sumário**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>15</b>
<b>3. LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE INSERÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>16</b>
<b>4. DANDO VOZ AOS SUJEITOS DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
<b>4.1 I-Depoimento – Professora de Libras na UFV .....</b>	<b>20</b>
<b>4.2 II- Depoimento – Lillian F. Rodrigues – Viçosa-MG.....</b>	<b>22</b>
<b>4.3 – III - Relato de Experiência do autor .....</b>	<b>24</b>
<b>5. RESULTADOS ESPERADOS .....</b>	<b>27</b>
<b>6. REFERÊNCIAS:.....</b>	<b>29</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente as pessoas com deficiências foram consideradas, “de seres semidivinos a pessoas amaldiçoadas”. O certo é que sempre foram discriminadas, deixadas à margem da sociedade, excluídas do convívio social (GHIRARDI, 1999). A história dos surdos não é diferente. Aristóteles (384 – 322 a.C) “afirmava que os nascidos surdos se tornariam seres insensatos e naturalmente sem capacidade, por não serem capazes de ouvir, também não eram aptos a raciocinar. Na idade média os surdos, em algumas nações, chegavam a ser sacrificados.” (STROBELL, 2010, p.18).

A história da humanidade está permeada de equívocos e ações degradantes contra grupos minoritários, excluídos do meio social, tendo seus direitos básicos como pessoa humana desrespeitados. Ao longo dos séculos as pessoas com deficiência receberam das pessoas ditas ‘normais’, desprezo e/ou indiferença, em uma sociedade capaz de julgar-se juiz suficiente para determinar quem tinha ou não direito a vida, uma vez que atrocidades eram praticadas contra as pessoas deficientes. (MARCÍLIO, 1998, p.23).

Os bebês nascidos disformes deveriam ser expostos, e a deformidade da criança ou a pobreza da família bastavam para que a ‘justiça’ decretasse sua morte ou seu abandono. Na Roma antiga os bebês malformados eram rejeitados, afogados, mortos, atirados ao mar ou queimados. Acreditava-se que as deformidades traziam mau agouro para comunidade e para a família. (CASTRO, 2013).

Eram considerados modelos de pessoas ‘normais’ as pessoas fisicamente perfeitas. Segundo Castro (2013), com a decadência do feudalismo nasce a idéia de que essas pessoas deveriam ser introduzidas no sistema produtivo, ou receberem alguma assistência por parte da sociedade. Já no início da idade moderna, à medida que os conhecimentos foram sendo agregados pela medicina, a deficiência passou a ser vista como enfermidade incurável, degeneração e uma forma mais leve de doença mental. Daí se iniciam as práticas sociais relativas a cuidados com pessoas portadoras de deficiência. Com o evento do renascimento essa idéia deu lugar a uma conduta profissional e de integração das pessoas deficientes. Nesse contexto histórico os primeiros alunos com alguma insuficiência física eram recebidos por entidades de educação exclusivas para essas pessoas, sendo privadas do convívio com outras crianças, nas chamadas escolas especiais. Em seguida vieram as ditas salas especiais. A escola

era do ensino regular, mas as salas eram separadas destinadas ao atendimento apenas as crianças com deficiência. (CASTRO, 2013).

Em qualquer das situações estes alunos eram impossibilitados de conviver com os demais e sem direito à interação com seus pares. Importante diferenciar integração de inclusão. A integração é um sistema de educação no qual a exceção é aceita, sendo que existe a necessidade de transformar as pessoas portadoras de alguma deficiência para que elas façam parte de padrões ou requisitos ditos normais, sem considerar as diferenças. Na escola inclusiva todos são aceitos sem discriminação; as diferenças são respeitadas sem considerar qualquer condição, aonde todas as crianças têm direito ao ensino, uma educação onde todos fazem parte da instituição escolar, sendo que a verdadeira inclusão é de forma geral e irrestrita. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate na sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. (DUTRA, 2007).

Ao observamos o contexto acima disposto pelos autores fica claro que a inclusão que precisamos ter como objetivo vai muito além de leis, decretos, e atos burocráticos. Está claramente evidenciado que incluir é bem mais que ter direito a uma matrícula ou a um boletim escolar. Segundo Mantoan (2005) a educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, e também os com comprometimento mental, os superdotados e para todas as minorias que são discriminadas por qualquer outro motivo. Temos que compreender que estar junto não é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. A verdadeira inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2005).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p. 04) orienta que:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

A Constituição do Brasil em vigor, chamada de Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988 diz em seu artigo 5º “que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza.” Com relação aos surdos deve-se destacar nesse conjunto de leis a promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. E sua regulamentação através do

decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei acima citada que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Estas leis trouxeram avanços significativos para os portadores de necessidades especiais. Para os surdos, de forma especial, a lei que reconheceu a Libras como a língua natural dos surdos, veio trazer uma afirmação social significativa, como uma das grandes conquistas da luta da cultura surda no Brasil, sendo considerada a principal ferramenta de inserção do surdo na sociedade. Mas para que isto se torne uma realidade precisa-se que a Libras seja divulgada e disseminada em todos os âmbitos sociais e, de maneira muito especial, na educação.

Daí a importância de se ensinar Libras para pessoas ouvintes para que a inclusão que os surdos esperam seja uma realidade. Atualmente tem se feito pouco em relação à divulgação da língua brasileira de sinais. Nas escolas ditas inclusivas, é feita uma inclusão de uma via só, onde o surdo tem uma intérprete, que faz a ligação entre ele e o mundo ouvinte. Na maioria das vezes, o surdo fica limitado a dialogar apenas com sua intérprete e com alguns poucos professores e alunos que tiveram contato com a Libras. A maioria das pessoas do ambiente escolar não tem conhecimento de Libras, deixando o surdo quase sempre excluído das brincadeiras e da vida social do ambiente escolar. Neste ponto, nasce a necessidade de se difundir a Libras para que um maior número de pessoas venha a aprender pelo menos o básico da linguagem, para que se construa uma ponte entre os surdos e os ouvintes, promovendo uma comunicação natural e efetiva, como afirma Rodrigues (2017):

Ensinar Libras para crianças ouvintes no ensino fundamental das escolas regulares inclusivas é a forma mais eficaz de criar meios que leve a interação entre surdos e ouvintes, proporcionando um melhor aproveitamento linguístico e social para os dois grupos. Sendo assim, ensinar Libras para todos os alunos da escola tem como objetivo contribuir para a formação de uma sociedade inclusiva. Considerando que todos os cidadãos passam por uma instituição escolar, pode se prever que o contato com a Libras, sendo oferecido já na educação básica, vai contribuir de forma significativa para a existência de cidadãos bilíngues atuantes em todos os campos da sociedade. (p. 170.)

O problema que norteia a presente pesquisa é a urgência para que a Libras seja uma matéria curricular do ensino fundamental. Se nas escolas fosse ensinado Libras para as crianças ouvintes nos primeiros anos do ensino fundamental, onde as crianças têm mais facilidade para aprender, ampliaria a interação entre o surdo e os ouvintes, e teríamos uma inclusão de duas vias, pois haveria diálogo entre ouvintes e surdos.

Como objetivo geral procuramos destacar importância da Libras para a comunidade surda como ferramenta de inserção social, abordando a necessidade da difusão da língua brasileira de sinais para todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Os objetivos específicos foram norteados pelo propósito de demonstrar a necessidade do ensino de Libras no ensino fundamental para crianças ouvintes; compreender a urgência do ensino de Libras para crianças ouvintes; destacar como o ensino de Libras para ouvintes pode influenciar na qualidade de vida do surdo como também narrar às dificuldades vividas pelo autor com sua filha, com surdez congênita.

## **2. METODOLOGIA**

Neste trabalho usaremos uma revisão literária buscando em publicações como artigos, revistas, livros que relatem experiências com o ensino de Libras para pessoas surdas e de maneira especial para crianças ouvintes no ensino fundamental. Também serão utilizados depoimentos, relatos e experiências de pesquisadores/teóricos em suas observações sobre a convivência dos alunos surdos e ouvintes bem como o impacto que o domínio das Libras por crianças ouvintes pode promover no desempenho escolar e social das crianças surdas.

Foram coletados depoimentos de profissionais que trabalham na área da educação inclusiva com ouvintes e surdos, aproveitando suas experiências no ensino de Libras nas escolas inclusivas. Relataram suas expectativas e pareceres sobre o Libras como segunda língua para crianças ouvintes no ensino fundamental e de que forma isso pode impactar na vida escolar e social das crianças surdas, e posteriormente na vida do cidadão surdo.

Usaremos como base trabalhos e projetos executados em escolas públicas, assim como entrevistas e depoimentos de profissionais de três escolas que acompanham o desenvolvimento de crianças surdas com atendimento individual ou inseridas no ambiente escolar junto com crianças ouvintes, sejam como professores ou interpretes. Também serão realizadas entrevistas com pessoas surdas, na compreensão de que:

As entrevistas narrativas se propõem a priori, a trabalhar com fatos sociais, as experiências individuais e coletivas e, sobretudo, com histórias de vida dentro de um contexto sócio-histórico. Elas possibilitam identificar e refletir, sobre aspectos característicos a partir dos quais produzem histórias cruzadas entre o individual e o contexto social coletivo. (EUGÊNIO, TRINDADE, 2017, p. 121).

A narrativa é uma forma eficiente de expor o pensamento contido em sua forma oral, se tornando ferramentas eficientes para investigação e apreciação qualitativa nas quais o fim

seja conhecer o contexto do qual o sujeito da entrevista esteja inserido (SCHRAIBER, 2017). Portanto, estes aspectos nos levaram a escolher a narrativa como melhor veículo para alcançar os objetivos propostos em nosso estudo.

### **3. LIBRAS COMO INSTRUMENTO DE INSERÇÃO SOCIAL**

Precisamos antes de tudo reconhecer que nossa sociedade sempre valorizou os sujeitos “normais” dentro de padrões criados sem nenhum critério científico, nos colocado como algoz e julgadores dos nossos semelhantes. O preconceito tem ao longo dos séculos, levado a humanidade a cometer verdadeiras barbáries contra as minorias. Estas crueldades acontecem por discriminar a cor, “raça”, religião, opção sexual, escolaridade, ideologia ou por algum tipo de imperfeição segundo o modelo idealizado por nós mesmos. Quando falamos dos surdos, essa práxis não é menos perversa. Mas a deficiência talvez não esteja no sujeito surdo, que não pode ouvir os rumores do preconceito enraizado nas entranhas desta sociedade hipócrita, mas que vê, sente todos os dias as dificuldades de não poder se comunicar com o mundo ouvinte. E por isso é colocado como deficiente, não deficientes com certeza não são.

Afirma a coordenadora do Laboratório de Educação de Surdos e Libras, da Universidade de Brasília (UnB), Buzar 2009:

Deficiente não é o surdo, mas a sociedade que não sabe se comunicar com ele. Se o surdo encontrasse no dia adia pessoas que soubessem a língua de sinais, ele não enfrentaria tantas barreiras e, por isso, nem perceberia a surdez como deficiência(s/p.).

A lei nº 13.415, de fevereiro de 2017 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional apresenta no artigo 35-A § 4º “Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino”. Deveria dar a Libras este mesmo tratamento (preferencialmente), pois essa é a verdadeira e sem dúvida a maior ferramenta de inclusão dos surdos, a Libras.

Mas a deficiência talvez não esteja no sujeito surdo, que não pode ouvir os rumores do preconceito enraizado nas entranhas desta sociedade hipócrita, mas que vê, sente todos os dias as dificuldades de não poder se comunicar com o mundo ouvinte. E por isso é colocado como deficiente, não deficientes com certeza não são. Grande parte dos surdos nunca tiveram acesso a fonoaudiólogos, escolas especiais, ou a algum programa de oralização.



Alguns argumentam que os surdos podem usar aparelho auditivo, ou implante coclear, o que tiraria a necessidade do ensino de Libras para os surdos e ouvintes. Entretanto, grande parte dos problemas de surdez não se resolve com tecnologia. Além do mais estes recursos possuem preços elevados o que impedem que muitos tenham acesso a eles. A inserção do deficiente auditivo no mercado de trabalho é algo bem difícil e, normalmente são oferecidos a estas pessoas cargos subordinados, devido à falta de qualificação profissional, ocasionando baixa remuneração. “Ser falante é também ser branco, homem, profissional, letrado, civilizado, etc. Ser surdo, portanto significa não falar, não ser profissional, não ser letrado ser surdo-mudo e não ser humano” (SKLIAR, 1998, p.21).

A Declaração de Salamanca 1994 afirma que:

As necessidades educacionais especiais incorporam os princípios já provados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que o ensino deve, portanto, ajustarem-se as necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade. (p. 21)

Portanto, Libras é um instrumento de inserção, por ser uma ferramenta de inclusão muitíssimo importante para os surdos. Está garantida pela lei 10.436/2002 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como instrumento legítimo de comunicação dos surdos. Como exposto em seus artigos:

Art. 1º; é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º; deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º; as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º; o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudióloga e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

A lei acima citada foi regulamentada pelo Decreto 5626. Em seus 31 artigos, mas aqui vamos nos ater apenas aos artigos 1º e 2º e 14º; do cap. IV parágrafo 1º inciso II.

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

II - Ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos; cap. IV, Art. 14, parágrafo 1º inciso II – (Planalto 22 de dez. De 2005).

Garantir ao aluno surdo o acesso a Libras não resolve o problema da comunicação do surdo. Não basta saber a língua brasileira de sinais, uma vez que ela promove o diálogo entre os surdos, mas estes cidadãos vivem em uma sociedade majoritariamente ouvinte os quais não sabem Libras, logo a comunicação fica restrita apenas a comunidade surda. A população brasileira chegou a 213,3 milhões de habitantes (IBGE, 2021). Os dados do Instituto também apresentam que 5 % desta população, que corresponde em torno de 10 milhões, são surdos dos quais 2,7 milhões são portadores de surdez profunda, ou seja, 12,68% dos surdos brasileiros fazem parte desse grupo que não ouve nada.

Quando falamos em educação, os números denunciam o descaso praticada por uma sociedade que se diz inclusiva. Também são quantificados que apenas 7% das pessoas com deficiência auditiva possuem curso superior completo, 15% o ensino médio, 46% o fundamental e mais de 32% não têm escolaridade alguma. (EQUIPE SIGNUMWEB, 2020). Isso significa que aproximadamente 12,68% dos brasileiros estão incluídos nesse grupo. Garantir ao aluno surdo o acesso a Libras não resolve o problema da comunicação do surdo. Não basta saber a língua brasileira de sinais, uma vez que ela promove o diálogo entre os surdos, mas estes cidadãos vivem em uma sociedade majoritariamente ouvinte os quais não sabem Libras, logo a comunicação fica restrita apenas a comunidade surda.

A dependência de pessoas próximas pode ocorrer com qualquer adulto, por razões que afetam também os surdos (necessidade de apoio ou compreensão de instruções do profissional de saúde). Contudo, para esses últimos, a razão principal é a reduzida possibilidade de diálogo, por não terem domínio pleno da Língua Oral e pela ausência de interlocutor que use a Língua de Sinais (MARIN; GÓES, 2006, p.241).

É preciso que encontremos meios para ensinar Libras para pessoas ouvintes. Mostrar as pessoas o encanto de provocar um sorriso nos ‘olhos’ de um surdo quando entra em uma loja, centro comercial, escola, hospital, lanchonete, rodoviária, aeroporto ou qualquer outro ambiente

e encontra um ouvinte que sabe, ainda que precariamente a língua de sinais, pois ele tem ressonância, e consegue se comunicar. Comunicar é um direito básico para todas as pessoas. Esse direito não pode ser negado aos surdos, logo se faz necessário ensinar Libras para os ouvintes e, as escolas públicas em seus anos iniciais e o ambiente mais adequado para se começar essa “revolução” da Libras, oferecendo esta modalidade como segunda língua.

Escola bilíngue sim, mas de via dupla, inclusão sim, mas inclusão plena, a qual também insira os ouvintes no mundo dos surdos. Isso vai afetar de forma positiva na vida dos alunos ouvintes, e traria um grande impacto na qualidade de vida dos surdos. Segundo Fanner (2019) o aumento de trabalhos de pesquisas internacionais demonstra ganhos substanciais no que diz respeito ao aprendizado da língua de sinais por pessoas ouvintes. Para Marilyn Daniels, a Língua de Sinais é um fator significativo no desenvolvimento cognitivo, melhorando as habilidades de atenção das crianças, a discriminação visual e a memória espacial. (Daniels apud FANNER, p.10, 2019).

Ao ensinar a Língua de Sinais para crianças estaremos oferecendo a elas além dos benefícios corroborados por pesquisas internacionais também oportunizar a divulgação da Libras, a oportunidade de aprender sobre a cultura surda e, de forma especial a chance de se comunicar com seus pares distintos dessa forma aprendendo a respeitando as diferenças desde a educação infantil (FANNER, 2019). O princípio da igualdade pressupõe que as pessoas colocadas em situações diferentes sejam tratadas de forma desigual: “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999, p. 42).

Dar ao surdo o direito de se comunicar em sua língua é respeitar o princípio da igualdade. Para que isto aconteça precisa-se que o maior número de pessoas conheça ainda que minimamente a Libras. Quando houver pessoas que saibam Libras nas escolas do ensino fundamental, ensino médio, cursos técnicos profissionalizantes, ensino superior, com certeza os surdos vão conseguir mudar os tristes números na educação dos surdos, citados acima. Precisamos disseminar a língua brasileira de sinais para que em todos os campos da sociedade haja pessoas que saiba Libras, para que os surdos possam se comunicar com facilidade é necessário tornar a Libras a segunda língua brasileira na prática, para que haja uma inclusão real.

Escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com

docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Os depoimentos a seguir são de autores(as) que produziram e desenvolveram projetos relacionados ao ensino de Libras para crianças ouvintes no ensino fundamental. Expressam seu pensamento sobre o ensino de Libras para crianças ouvintes e como essa prática pode influenciar na qualidade de vida dos surdos.

## **4. DANDO VOZ AOS SUJEITOS DA PESQUISA**

### **4.1 I-Depoimento – Professora de Libras na UFV**

#### **Deficiente não é o surdo, mas a sociedade que não sabe se comunicar com ele.**

*Meu nome é Michelle Michelle Nave Valadão, Viçosa-Mg, sou professora de Libras na UFV e vou descrever brevemente um trabalho que realizei sobre o Ensino de LIBRAS para ouvintes (professores, funcionários e estudantes) em uma escola pública de Viçosa-MG.*

*Ao realizarmos um projeto com foco na educação inclusiva de surdos, movemos esforços na formação de professores voltada para o processo de ensino e aprendizagem desses alunos e no uso e divulgação da LIBRAS no ambiente escolar. Seu caráter foi pioneiro e precisou levar em conta vários fatores para que a qualidade dos resultados fosse alcançada.*

*O principal fator foi compreender as particularidades do público-alvo (estudantes de diversas faixas etárias, além de profissionais com diferentes formações), bem como os seus interesses na aprendizagem da língua de sinais. Por isso, seu oferecimento na escola demandou discussões e esclarecimentos, a fim de que o público tivesse clareza dos objetivos do curso e da sua importância.*

*Nessa situação, enfatizamos as contribuições que a aquisição de uma nova língua traria aos aprendizes, e no caso da LIBRAS ressaltamos sua relevância social para a comunidade surda brasileira. A aprendizagem da língua possibilitou à comunidade escolar o entendimento das particularidades dos surdos e das relações e interações sociais que permeiam o ambiente educacional, sobretudo na proposta inclusiva.*

*Por isso, julgamos assertivo promover o ensino e aprendizagem da LIBRAS para professores, funcionários e alunos, pois esta comunidade escolar convivía diariamente com estudantes surdos, mas pouco se comunicava com eles. As informações iniciais coletadas para a pesquisa demonstraram que apesar das recentes conquistas legais alcançadas pelos surdos brasileiros quanto aos seus direitos linguísticos e culturais, nos espaços educacionais de Viçosa elas ainda estavam longe de serem colocadas em prática.*

*Na escola escolhida como campo empírico do trabalho, a LIBRAS, anteriormente ao projeto, não estava presente nas práticas de ensino, nem em circulação nos espaços de interação, ainda que contasse com a presença de dois estudantes surdos. Os mecanismos de comunicação eram pautados em gestos, mímicas, pantomimas e na Língua Portuguesa oral.*

*No entanto, à medida que o curso começou a avançar, gradativamente presenciamos a comunicação em LIBRAS despontar em diferentes situações de interação entre surdos e ouvintes, o que nos leva a acreditar que estava atingindo o seu propósito, o de desenvolver comunicação naquela comunidade. Ponderamos que a proposta possibilitou importantes transformações na escola, que se tornou um espaço onde a LIBRAS deixou de ser uma língua específica dos surdos para ser uma língua da comunidade escolar.*

*Os principais impactos alcançados pelo projeto foram sociais e atingiram diferentes públicos. Quanto aos professores, o projeto promoveu formação inicial e continuada voltada para a atuação no âmbito da educação inclusiva de estudantes surdos, por meio de cursos e oficinas com foco no desenvolvimento da Libras e de adequações didáticas e metodológicas para o ensino de tais estudantes.*

*A partir das ações do projeto foi possível aos professores refletirem sobre as especificidades linguísticas, culturais e educacionais dos surdos, e desenvolverem práticas de preparação, elaboração e uso de recursos didáticos e pedagógicos a partir de materiais recicláveis e de baixo custo. Para os professores em formação inicial, na qualidade de bolsistas ou voluntários o projeto permitiu o desenvolvimento de uma postura investigativa a partir de estudos teóricos e da iniciação aos métodos e processos científicos e também possibilitou experiências de atuação pedagógica na educação básica, especialmente na educação inclusiva de estudantes surdos.*

*Para a comunidade escolar (professores, funcionários e alunos), o curso de LIBRAS permitiu a desconstrução de preconceitos em relação à surdez, o reconhecimento da LIBRAS como uma língua natural, a sensibilização e o respeito pela diversidade linguística presente nos diversos espaços da sociedade, bem como possibilitou o estabelecimento de comunicação em língua de sinais entre surdos e ouvintes. Quanto aos alunos surdos, o projeto contribuiu na promoção da língua de sinais e na acessibilidade aos conhecimentos acadêmicos por trazer ao ambiente escolar o uso da LIBRAS e a possibilidade de adequações metodológicas, atendendo, assim, os seus direitos linguísticos e educacionais.*

*Diante das políticas de inclusão educacional e do acesso dos estudantes surdos, preferencialmente, às escolas regulares, faz-se urgente a necessidade de se promoverem ações que preparem a comunidade escolar para se comunicarem com eles, além de pesquisas que embasem tais práticas. Para a comunidade escolar ouvinte, a iniciativa ainda é bastante tímida e são raras as investigações que se debruçam sobre a temática.*

*Diante disso, a pesquisa se constituiu como uma iniciativa pioneira que pode contribuir tanto para o uso e a divulgação da LIBRAS, como para a formação de professores preparados para atuar com a educação inclusiva de surdos. Em relação à divulgação da LIBRAS, consideramos que o curso alcançou esse propósito, pois a comunidade escolar conseguiu estabelecer pequenos diálogos com usuários da LIBRAS. Esses resultados foram atingidos, em grande parte, pelo desempenho das bolsistas, que buscaram promover situações nas quais fossem exigidas situações reais de comunicação, considerando à variabilidade do público-alvo.*

*Em relação às crianças e aos adolescentes os jogos e as brincadeiras foram facilitadores da aprendizagem, pois permitiram interações e comunicações significativas. Por meio das atividades lúdicas, as bolsistas puderam mediar situações em que os aprendizes expandiam suas aquisições linguísticas e negociavam significados, tornando as aulas colaborativas, estimulantes e divertidas.*

*Conscientes das especificidades da língua, o estímulo às percepções visuais e espaciais e sua aproximação dos aspectos culturais da comunidade surda foram fundamentais para a aprendizagem da LIBRAS. Acreditamos que o desenvolvimento de projetos como este possa colaborar para a formação social e educacional dos indivíduos*

*desde os pesquisadores até as crianças e a comunidade escolar, devendo ser ampliados para fortalecerem o uso e a difusão da língua de sinais.*

#### **4.2 II- Depoimento – Lillian F. Rodrigues – Viçosa-MG**

##### **A importância do ensino de LIBRAS para crianças ouvintes no ensino fundamental, nas escolas públicas**

*Agradeço o convite e destaco a importância da sua pesquisa para ampliar a visão sobre a LIBRAS e seu potencial de inclusão quando ensinada para ouvintes.*

*Chamo-me Lillian F. Rodrigues, Viçosa- Mg, para o início de conversa vou falar um pouco da minha experiência com o ensino da Língua Brasileira de Sinais para crianças de uma escola pública de Viçosa, em Minas Gerais. Depois, eu vou tratar das contribuições deste ensino naquele momento junto à importância deste processo de ensino-aprendizagem para os cotidianos.*

*Em 2015, ingressei na iniciação científica, no Departamento de Letras, da Universidade Federal de Viçosa. O objetivo do meu projeto era acompanhar as aulas de LIBRAS já ministradas por outras estudantes de um projeto mais amplo com a mesma temática: o ensino da LIBRAS para estudantes ouvintes. Neste projeto, eu analisaria a didática, as metodologias aplicadas nas aulas para o ensino da LIBRAS. O envolvimento dos/as estudantes com as aulas era tão grande que aos poucos comecei participar ativamente das aulas, da elaboração das mesmas e até ministrei parte delas.*

*Eu havia concluído a disciplina obrigatória de LIBRAS e estava ampliando meus conhecimentos sobre a língua com contato com surdos/as, intérpretes e estudos individuais. Foi um período enriquecedor para minha formação como estudante e futura professora. Os/As estudantes ficavam entusiasmados/as com aula e as professoras regentes participavam de todas as aulas. A didática utilizada voltava-se para atividades lúdicas, ou seja, aproximava a criança ao processo de aprendizagem, o que trouxe retornos como a participação das aulas e a comunicação em LIBRAS, não apenas com estudantes surdos/as da escola, mas com membros da comunidade que viviam da ordem religiosa que frequentavam, dentre outros espaços.*

*Com o estudo realizado, percebemos que o ensino da LIBRAS para ouvintes ampliam a inclusão, tendo em vista que comunicação não será voltada apenas para um/a intérprete e sim poderá ocorrer de forma direta com o/a surdo/a. Não descarto a importância do/a intérprete, ele/a é fundamental nesse processo, porém o conhecimento da LIBRAS pelos/as estudantes ouvintes dá maior autonomia para a comunicação com o/a surdo/a.*

*Destaco que a LIBRAS é reconhecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e que ela consiste na segunda língua oficial do Brasil. Portanto, o ensino da LIBRAS nas escolas trata-se de uma iniciativa justificada que precisava ser reconhecida para que ocorra uma real inclusão. Ao meu ver, a escola precisa se estruturar para ser inclusiva e isso também envolve adequar não só o espaço, mas também a comunicação aos estudantes surdos, cegos. Isso demanda o envolvimento de todos/as em uma instituição de ensino, todos/as funcionários/as e estudantes.*

*Durante este projeto, os/as estudantes tiveram o contato com surdos/as, reconheceram o que se trata a surdez e como era possível a comunicação, além de verem a necessidade de envolver-se nesse processo comunicativo e inclusivo.*

*O tempo dedicado pela instituição escolar para o ensino da LIBRAS para estudantes ouvintes permite a conscientização e a inclusão e ao/à estudante surdo/a permite reconhecer-se*

*pertencente ao espaço escolar, criando perspectivas de futuro. Convém ressaltar que não podemos delegar apenas às escolas a função de dedicar parte de seu tempo ao ensino aprendizagem da LIBRAS, é necessário que o poder público atue com incentivo e aporte legal e material para estas práticas e que a formação inicial e continuada de professores/as abra espaço para a reflexão e ação sobre inclusão.*

*Concluo dizendo que a experiência vivenciada com o ensino da LIBRAS para estudantes ouvintes trouxe retornos muito bons, e estes nos levam a refletir a importância desse processo para que a escola e seus membros se adéquem às demandas dos sujeitos de forma a potencializar as vivências cotidianas.*

Através dos depoimentos acima relatados, podemos afirmar que o contato de crianças ouvintes e surdas com a Libras no ensino fundamental pode agregar não apenas o conhecimento de uma língua, mas possibilita a comunicação entre surdos e ouvintes. Isto é imprescindível para que haja uma inclusão verdadeira onde os dois mundos possam interagir, facilitando em muito a vida social dos surdos com uma inclusão de via dupla, segundo integrantes do filme curta-metragem “Libras é Merda?” produzido por surdos. Ainda que haja uma lei, a Libras está longe de promover a inclusão dos surdos na sociedade, e apresenta como obstáculo a falta de ouvintes que saibam Libras, que está restrita a comunidade surda, isso transforma a vida social dos surdos em um martírio.

Atividades simples do cotidiano, como andar de ônibus, por exemplo, os surdos não conseguem saber de o cobrador onde descer. Nos aeroportos não conseguem ouvir o alto-falante anunciar troca de portão, e correm o risco de perder o avião, se não estiver o tempo todo olhando os telões de voos. No hospital perdem a vez quando não estão atentos a enfermeira que grita o nome do próximo paciente. Essas dificuldades acontecem na loja, ou em outros estabelecimentos, onde as pessoas podem confundir os gestos da língua de sinais com brincadeiras ou deficiência mental, ou simplesmente não dar atenção ao surdo. O filme faz uma inversão de papéis no qual o mundo é composto por maioria surda.

O diretor do filme Johnatan Albert (2019, s/p), afirma: “Com essa inversão de papéis, transformando os surdos em maioria e os ouvintes em minoria, busco fazer a sociedade sentir quão sofrida é a vida do surdo. Por não haver acessibilidade linguística, ele não compreende nem é compreendido”.

Muito se tem falado sobre inclusão dos surdos, mas apesar de já termos evoluído bastante o processo é moroso. Não há políticas efetivas que vá ao encontro às demandas dos surdos. Existem leis que garantem o ensino de Libras para as crianças surdas, entretanto é necessário que a lei seja exercida na prática, fator fundamental para que o surdo tenha acesso a sua língua natural para que ele tenha domínio dessa importante ferramenta para seu processo de inclusão, aliado ao comprometimento da sociedade e das instituições de ensino. Escolas e

classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

#### 4.3 – III - Relato de Experiência do autor

Meu interesse no ensino de Libras para ouvintes como forma de divulgação e popularização da língua brasileira de sinais, começou em 1992 quando descobri que minha primeira filha (a qual vou chamar aqui por motivos éticos de LK), era portadora de surdez profunda bilateral até 110 decibéis (dB), ou seja, não possuía audição. Com dois anos ela foi matriculada em uma escola especial (Escola Estadual Especial Maria Lusia de Oliveira), a qual seremos eternamente gratos, pelo acolhimento dispensado a toda a família, recebemos inclusive atendimento psicológico, aconselhamento dos professores, e apoio de toda a comunidade escolar. Tivemos nosso primeiro contato com a língua de sinais, como um instrumento legítimo de comunicação dos surdos, o que diferentemente do que possa parecer aos olhos de muitas pessoas, não são apenas gestos e expressões ou tentativas de se comunicar, mas uma língua visual-motora, visual-espacial ou gestual-visual.

Composta de movimentos e formatos específicos de mãos, braços, olhos, face, cabeça e postura corporal, que combinados fornecem as características gramaticais necessárias para a formação de uma língua [...]. É a única língua que permite à pessoa surda aceder a todas as características linguísticas (LIMA et al., 2003, p. 46).

Como a escola era para alunos surdos não percebíamos a dificuldade de comunicação na escola, pois essa era amenizada pelo fato de todos os alunos e professores se comunicarem em Libras. Porém sofríamos fora da ‘segurança’ do ambiente escolar, com a falta de sensibilidade das pessoas que olhavam para LK como se ela fosse deficiente, isso sem contar aquelas pessoas ‘cheias de compaixão’ que dizia vocês são os pais da ‘mudinha’? Padecíamos com a discriminação das pessoas fora do âmbito escolar. Mas como LK era ainda muito pequena não entendia o que estava acontecendo, e se divertia como toda criança principalmente na escola que ela adorava por se sentir a vontade como os outros surdos, e a comunicação fluía naturalmente, entre seus pares. A partir do momento que aconteceu o processo de inclusão conforme a LDBE.

LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996-Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida



preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (BRASIL, 1996).

Houve a transferência dos alunos para o ensino regular e minha filha foi para a Escola Estadual Visconde de Mauá, e começou um período de muitas incertezas e dificuldades. Adversidades impostas, não pelo fato de incluir na escola uma aluna surda entre os ouvintes, pois percebia nos alunos ouvintes e professores, e toda a comunidade escolar o desejo de acolher e se comunicar com a nova aluna, mas na falta de conhecimento da Libras. Logo a comunicação entre a LK e os demais integrantes da escola só acontecia através da intérprete, numa forma de inclusão que chamo de ‘inclusão de mão única’.

Esta mudança de ambiente fez com que LK se desmotivasse e, por consequência, não queria ir à escola, pois se sentia solitária, não havia com quem falar a não ser a intérprete que era adulta. Não existiam outras crianças que falassem Libras sua língua materna, com a qual ela se comunicava com seus pares na outra escola. Foram dias difíceis para ela e em consequência muito tristes para nós pais de LK. Segundo Lacerda 2013, a escola que o surdo necessita e que está legitimada no decreto nº5.626 e a realidade das escolas ofertadas aos surdos até então são bem diversas. Mesmo que haja um o diálogo pactuado entre pesquisadores e o município.

A vivência na educação vem mostrar princípios de uma educação inclusiva, pensada, e direcionada refletindo os princípios de uma educação que apesar de dita inclusiva pensa apenas na inclusão do surdo na rede regular de ensino, logo esta forma de incluir foi concebida e direcionada para os alunos ouvintes. Reside aí um imenso obstáculo do método de inclusão dos surdos na educação. (LACERDA,2014, p. 27).

Esta escola atendia até o 5º ano do ensino fundamental, logo LK teve que se transferir para o Colégio Estadual Dom Abel, aonde as dificuldades se multiplicaram. Havia na escola 11 alunos surdos, em 4 salas diferentes e apenas duas intérpretes. Nos primeiros meses uma interprete saiu de licença maternidade, ficando apenas uma intérprete para atender todos os 11 alunos surdos, num atendimento ‘beija flor’, ou seja, um pouquinho em cada sala. Embora tivéssemos a lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 que em seu artigo 58 inciso 1º afirma que: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 1996) que garantia a presença destes profissionais na escola, a realidade não era condizente com a referida lei.

A secretaria Especial de Ensino autorizava a contratação de intérpretes, mas a escola e os pais teriam que encontrar o profissional, ou seja, o intérprete, o que era bem raro, uma vez que quase não havia intérpretes e quando encontrávamos era barrado pela Secretaria Metropolitana de Ensino de Goiânia. Com isso o cenário piorou bastante e persistiu por quase

um ano. A situação só se normalizou após nos, os pais, recorrermos ao Ministério Público Estadual.

A vida escolar de LK foi permeada de dificuldades, mas ela se formou em pedagogia após vários anos de luta. Recentemente se formou no Curso de técnico em manutenção informações e Suporte em informática no IF Goiano campos Ceres, o que nos deixa muito orgulhosos pelas suas vitórias. LK tem grande domínio da Libras, por ser sua língua natural, porém as dificuldades de se comunicar quer na escola ou em sua vida social continua, pois a Libras apesar de ser a segunda língua brasileira no papel, na prática é pouco difundida. Não há políticas públicas que facilitem a inserção das Libras nas comunidades escolares, ou na vida social das pessoas ouvintes, restringindo a Libras a comunidade surda, familiares, interprete e alguns poucos simpatizantes.

Bertan (2020) defende que não é suficiente expressarmos a respeito do convívio de estudantes portadores ou não de deficiência reunidos em um mesmo espaço educacional ou sala de aula. A verdadeira inclusão tem como princípio a interação entre os indivíduos. Não basta compartilhar o mesmo espaço, isso não é estar incluído. Se não falam a mesma língua existirá um obstáculo entre eles.

Logo a falta de ressonância da Libras faz dos surdos eternos estrangeiros em seu país, na sociedade e em sua comunidade e até em algumas famílias. Daí a importância de se ensinar Libras para as crianças no ensino fundamental das escolas públicas, pois é nesta fase que as crianças têm maior facilidade para aprender uma segunda língua. Isto sem contarmos às dificuldades que os surdos encontram com relação à educação, a falta de uma inclusão que promova a possibilidade que surdos e ouvintes integrem uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a Libras seja o elo entre surdos e ouvintes numa inclusão onde o ouvinte consiga entrar no mundo dos surdos e possa fazer o do dia do surdo menos difícil.

A língua de sinais ainda precisa ser difundida na sociedade para que sejam garantidos ao surdo os espaços de que ele, enquanto cidadão necessita. Embora a escola esteja assumindo a função de espaço para o surdo interagir em sua própria língua, isso ainda é muito pouco, porque ela também é uma instituição que tem a função de transmitir conhecimentos.

[...] a língua de sinais ainda precisa ser difundida na sociedade para que sejam garantido ao surdo os espaços de que ele, enquanto cidadão necessita. Embora a escola esteja assumindo a função de espaço para o surdo interagir em sua própria língua, isso ainda é muito pouco, porque ela também é uma instituição que tem a função de transmitir conhecimentos específicos e forma socialmente o cidadão. (FARIA et al. 2011, p. 184, apud SOUZA, 2015, p.5).

É bastante frustrante quando minha filha entra em uma loja de determinado centro comercial, por exemplo, e os funcionários vão atendê-la e ao notar que ela não ouve começam

a olhar um para o outro, com sorrisos de surpresa, parecendo perguntar, ‘e agora o que eu faço?’ Como se ela fosse algo estranho, exótico, alguns com pena, alguns demonstra boa vontade tentando se comunicar falando mais alto, ou com gestos que não dizem nada para o surdo, outros muito curiosos, alguns indiferentes. Muitas vezes com expressão de deboche, como se ela fosse deficiente, ou algo excepcional, o que com toda certeza não é, ela apenas não ouve.

Recuso-me a ser considerada excepcional deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta. É a sociedade que me torna excepcional. (LABORRIT, O GRITO DA GAIVOTA, 1993 p.89).

Os surdos são especialistas em expressão facial, é muito difícil ser falso com eles sem que eles percebam. A expressão facial para os surdos diz muito sobre o que as pessoas estão pensando. E esse tipo de situação faz o surdo que verem seus direitos não serem contemplados, uma vez que todos tem direito a se comunicar de forma efetiva. “Contudo, pode-se concluir que para esse cenário de desrespeito aos cidadãos surdos seja mudado e seus direito passem a ser, realmente, exercidos, são necessários espaços preparados para recebê-los em condições de igualdade com a comunidade ouvinte”. (SANTANA, 2013, p. 7).

Precisamos nos posicionar como sociedades sobre qual a forma de inclusão querem: se uma inclusão de gavetas, bibliotecas, livros, ou seja, apenas no papel ou inclusão real que esteja nas ruas, escolas, e em todos os ambientes onde os surdos precisem dela. Lopes e Silva, (2005) ressaltam que a construção de uma igualdade e oportunidade de acesso e êxito precisa ter o envolvimento de todos. É fundamental o respeito pelas diferenças quer seja individual ou cultural dos alunos, não só por meio da inclusão escolar, mas também com a inserção da escola no ambiente social onde se encontra, promovendo uma ação integradora capaz de promover uma ascensão do grau de qualidade da educação da população.

## **5. RESULTADOS ESPERADOS**

Sensibilizar para a necessidade do ensino de Libras para crianças ouvintes no ensino fundamental nas escolas públicas, bem como mostrar a urgência da disseminação da linguagem dos surdos, para que a inclusão social esperada com a oficialização da língua brasileira de sinais seja real. A partir da integração dos alunos surdos e ouvintes através da Libras poderemos construir uma inclusão de via dupla, onde o surdo possa ser parte atuante da vida social, sendo respeitado em sua diferença, mas abraçado por uma sociedade inclusiva

em suas atitudes. Que a inclusão esteja no hospital, na farmácia, lojas, na padaria, no supermercado, aeroportos, rodoviárias nas escolas e nas ruas, e não apenas no papel.

Não bastam, entretanto, somente as lutas pelo reconhecimento serem traduzidas em termos normativos constitucionais, mas também em termos de ações políticas no campo institucional, mediante a realização de políticas públicas que buscam afirmar e administrar as diferenças culturais e de identidade, utilizando estratégias que contemplem componentes linguísticos, sociais, econômicos, educativos, entre outros (OLIVEIRA; AUGUSTIN, 2013, p.555).

Para isso é primordial que a Libras seja ensinada para todas as crianças e não apenas para os surdos e seus intérpretes. O surdo tem direito de se inserir e atuar no mundo globalizado, deixar de ser um eterno ‘turista’ na vida social, com raríssimas exceções, carregando consigo a necessidade de ter sempre um intérprete. Mostrar assim de forma efetiva que precisamos sim de inclusão para os surdos, mas não uma inclusão de uma via só, mas uma inclusão que coloque os ouvintes dentro do mundo silencioso dos surdos, tornado possível uma inclusão “que” ouça com os olhos e fale com as mãos. (GEDIEL,2010, p.2).

## 6. REFERÊNCIAS:

- ALBERT, Johnatan Diretor do filme "**LIBRAS É MERDA?**", 2019. Disponível em (<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/baixo-alcance-da-lingua-de-sinais-leva-surdos-ao-isolamento>) Acessado em: 25/02/2022.
- BERTAN, Doani E. **FALAR A MESMA LÍNGUA É FUNDAMENTAL PARA INCLUIR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SITE VIVESCER**, 2020. Disponível em <https://vivescer.org.br/falar-a-mesma-lingua-e-fundamental-para-incluir-pessoas-com-deficiencia-diz-finalista-do-global-teacher>) Acesso em: 26/02/2022.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996. Acessado em: 28/03/2022.
- BRASIL. Ministério da Educação - **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS PARA O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES EDUCACIONAIS DE ALUNOS SURDOS**. Brasília: MEC/SEESP, 2005b. Acessado em: 28/03/2022.
- BUZAR, Edilce Aparecida Santos. **A SINGULARIDADE VISUO-ESPACIAL DO SUJEITO SURDO: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS**, 2009. Disponível em (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187731>) Acessado em: 25/03/2022.
- CASTRO, Heloísa Vitória de. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: UM OLHAR HISTÓRICO – Social**. Disponível em: ([https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.4.\\_\\_27\\_.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.4.__27_.pdf)) Acessado em: 15/02/2022.
- Decreto 5626, LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990**. A proteção do consumidor e dá outras providências, 1990. Disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18078compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm)) Acessado em: 10/02/2022.
- DUTRA, Claudia P. et al. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, 2008. Disponível em (<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>) Acesso em: 19/03/2022.
- EQUIPE SIGNUMWEB. **CONHEÇA AS ESTATÍSTICAS SOBRE OS SURDOS NO BRASIL**, 2022. Disponível em (<https://blog.signumweb.com.br/curiosidades/surdos-no-brasil/>) Acesso em: 24/02/2022.
- EUGENIO, Benedito; TRINDADE, Lucas Bonina. **A ENTREVISTA NARRATIVA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO**. Pedagog. Foco, v. 12, n. 7, p. 117-132, Iturama – MG, 2017. Acessado em: 27/02/2022.
- FANNER, Priscila **A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LIBRAS A EDUCAÇÃO INFANTIL**, 2019. Disponível em (<https://www.handtalk.me/br/blog/libras-educacao-infantil/>) Acessado em: 15/02/2022.
- GEDIEL, Ana Luisa **FALAR COM AS MÃOS E OUVIR COM OLHOS? A CORPORIFICAÇÃO DOS SINAIS E OS SIGNIFICADOS DOS CORPOS PARA OS**

**SURDOS DE PORTO ALEGRE**, 2010. Disponível em (<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78198/000896335.pdf?seque>) Acessado em: 26/02/2022.

**GHIRARDI, M.I.G. REPRESENTAÇÕES DA DEFICIÊNCIA E PRÁTICAS DE REABILITAÇÃO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO TÉCNICO**. 1999. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999. Disponível em (<https://iparadigma.org.br/biblioteca/pessoas-com-deficiencia-na-atencao-primaria-discurso-e-pratica-de-profissionais-em-um-centro-de-saude-escola/>) Acessado em: 02/02/2022.

**IBGE, População brasileira chega a 213,3 milhões de pessoas em 2021**. Disponível em ([https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-brasileira-chega-a-2133-milhoes-de-pessoas-em-2021-diz-ibge/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20chegou%20a,Oficial%20a%20Uni%C3%A3o%20\(DOU\)\)](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-brasileira-chega-a-2133-milhoes-de-pessoas-em-2021-diz-ibge/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20chegou%20a,Oficial%20a%20Uni%C3%A3o%20(DOU)))) Acessado em: 01/04/2022.

**LABORIT, Emmanuelle O GRITO DA GAIVOTA**, 2000. Disponível em (<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWVpbnxtYXRlcmlhbGRhYW5kcmVpYXxneDo2MjhiZGU3ZGJhNDU1MTRh>) Acessado em: 22/02/2022.

**LACERDA, C. B. F. INTÉRPRETE DE LIBRAS: EM ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL**. 6ª ed. Porto Alegre: Medição, 2014. 95 p. Disponível em ([https://www.congressotils.com.br/anais/anais2008/LACERDA\\_2008.pdf](https://www.congressotils.com.br/anais/anais2008/LACERDA_2008.pdf)) Acessado em: 25/03/2022.

**LACERDA, C. B. F; SANTOS, L.F. TENHO UM ALUNO SURDO. E AGORA? : INTRODUÇÃO À LIBRAS E EDUCAÇÃO DE SURDOS**. São Carlos: EdUFScar, 2013. 254 p. Disponível em (<https://www.skoob.com.br/tenho-um-aluno-surdo-e-agora-688668ed691410.html>) Acessado em: 25/03/2022.

**LACERDA, Lúcia L. et al. O ENSINO DA LÍNGUA DE SINAIS PARA CRIANÇAS OUVINTES: UMA PROPOSTA DE BILIGUISMO ÀS AVESSAS**. EDUCEREPontíciaUniversidadeCatólica do Paraná. Curitiba 26/09/2013. Disponível em ([https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9003\\_6308.pdf](https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9003_6308.pdf)) Acessado em: 25/03/2022.

**LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, 2002. Disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)) Acessado em: 01/02/2022.

**LEI Nº 13.146, INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)**, 2015. Disponível em ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)) Acessado em: 25/01/2022.

**LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017**. Disponível em (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>), 2017. Acessado em: 30/03/2022.

LIMA, M. C. M. P.; BOECHAT, H. A.; TEGA, L. M. **Habilitação fonoaudiológica da surdez: uma experiência no Cepre/FCM/Unicamp**. In: GESUELI, Z. M. P.; SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S. (Org.). **Cidadania, Surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus Editora, 2003. Acessado em: 15/01/2022.

MANTOAN, Maria T. **INCLUSÃO É SAIR DAS ESCOLAS DOS DIFERENTES E PROMOVER A ESCOLA DAS DIFERENÇAS**, 2003. Disponível em ([https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP\\_4803a68ad4e41ff5360c8a7dd60bc915#:~:text=Export%20to%20EndNote-](https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_4803a68ad4e41ff5360c8a7dd60bc915#:~:text=Export%20to%20EndNote-)) Acessado em: 19/03/2022.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA ABANDONADA**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998. Disponível em (<https://www.scielo.br/j/rbh/a/8jkMxQPJhWL8PcL4ScSsqwt/?lang=pt>) Acessado em: 29/01/2022.

MARIN, M. C.; GOÉS, R. **A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS SURDAS EM ESFERAS DE ATIVIDADE DO COTIDIANO**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, p. 231-249, maio/ago, 2006. Disponível em (<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/hVTsHdNJjZyCWS6wcdSPCxJ/?lang=pt&format=pdf>) Acessado em: 19/06/2022.

NERY, Júnior Néelson. **PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. Disponível em (<https://jus.com.br/artigos/771/principios-de-processo-civil-na-constituicao-federal>) Acessado em: 15/04/2022.

OLIVEIRA, Mara ; AUGUSTIN, Sérgio (org). **DIREITOS HUMANOS: EMANCIPAÇÃO E RUPTURA**. Caxias do Sul, RS: Educs,2013. Disponível em: ([https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/direitos\\_humanos\\_ebook\\_2.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/direitos_humanos_ebook_2.pdf)) Acessado em: 20/02/2022.

RODRIGUES, Sara S. et al **POR QUE ENSINAR LIBRAS PARA ALUNOS OUVINTES NA ESCOLA REGULAR INCLUSIVA?**, 2017. Disponível em ([https://nuedisjornadacientifica.weebly.com/uploads/1/0/5/0/105033325/12\\_por\\_que\\_ensinar\\_libras\\_para\\_alunos\\_ouvintes.pdf](https://nuedisjornadacientifica.weebly.com/uploads/1/0/5/0/105033325/12_por_que_ensinar_libras_para_alunos_ouvintes.pdf)) Acessado em: 05/03/2022.

SANTANA, Eline Peixoto **“O DIREITO A COMUNICAÇÃO: AS LIBRAS E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS”**. Disponível em (<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/odireitoacomunicacao-aslibraseosdesafiosdaeducacaodossurdos.pdf>) Acessado em: 26/04/2022.

SKLIAR, C. **A SURDEZ: UM OLHAR SOBRE AS DIFERENÇAS**. Porto Alegre: Mediação, 1998. Disponível em (<https://www.indicalivros.com/livros/a-surdez-um-olhar-sobre-as-diferencas-carlos-skiliar>) Acessado em: 01/02/2022.

SOUZA, Ivonezia S. et al. **PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS SURDOS**, 2021. Disponível em (<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17598/1/ARTIGO%20CIENTI>

FICO%20TCC%20Iva%2C%20Marcela%2CGerson%20%281%29.pdf ). Acesso em: 29/04/2022.

**STROBEL, K. L. SURDOS: VESTÍGIOS CULTURAIS NÃO REGISTRADOS NA HISTÓRIA.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em (<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188360/HAHN%20Rosim%C3%AAri%20Schuck%20Schmidt%20%28disserta%C3%A7%C3%A3o%29%20UNICAMP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>) Acessado em: 28/01/2022.